



DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps2025.c23>

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BUCAL AOS INDIVÍDUOS COM  
MICROCEFALIA: REVISÃO DE LITERATURA**

**PUBLIC ORAL HEALTH POLICIES FOR INDIVIDUALS WITH  
MICROCEPHALY: A LITERATURE REVIEW**

**HEVELLYN RODRIGUES SOUZA**

Graduanda em Odontologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**ANA VITÓRIA SILVA DIAS**

Graduanda em Odontologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**ANDRESSA DUARTE SANTANA**

Graduanda em Odontologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**HÉLLEN SOUZA GUIMARÃES**

Graduanda em Odontologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**SAULO EVANGELISTA COSTA**

Graduando em Odontologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**MARIA LUISA FREIRE DE ANDRADE**

Graduanda da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

**FRANCISCO XAVIER PARANHOS COELHO SIMÕES**

Professor Titular do Curso de Odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRADE DE FREITAS**

Professora Titular do Curso de Odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**RESUMO**

**Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo abordar um panorama atual sobre políticas públicas de saúde bucal direcionadas a indivíduos com Microcefalia pela revisão de literatura. **Metodologia:** Foi realizado o levantamento bibliográfico por meio de pesquisas nas bases eletrônicas bibliográficas Scielo e *sites* institucionais. Foram selecionadas as seguintes palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde, Saúde Bucal e Microcefalia Com base nas seguintes questões norteadoras: Existem políticas públicas de saúde bucal para os indivíduos com anomalias craniofaciais? E como atuam nas crianças com microcefalia? Abrange os seus cuidadores responsáveis? A busca realizada nas bases bibliográficas eletrônicas procedeu na identificação de 8 artigos em português. **Resultado/Discussão:** A revisão bibliográfica demonstrou que ainda há fragilidades nas políticas públicas e a necessidade de ações específicas e integradas para o cuidado em saúde bucal de indivíduos com microcefalia, assim como para seus cuidadores/responsáveis. **Considerações finais:** Conclui-se que é necessário fortalecer a formação dos profissionais, ampliar estratégias intersetoriais e desenvolver



políticas específicas que garantam um cuidado mais acessível e resolutivo para essa população vulnerável.

**Palavras-chave:** políticas públicas de saúde; saúde bucal; microcefalia.

### ABSTRACT

**Objetivo:** The present study aimed to provide an actual overview of public oral health policies directed at individuals with microcephaly through a literature review. **Metodologia:** The bibliographic survey was carried out through research in the electronic bibliographic databases Scielo and institutions sites. The following keywords were selected: Public Health Policies, Oral Health, and Microcephaly. Based on the following guiding questions: Do public oral health policies include individuals with craniofacial anomalies? And how do they act on children with microcephaly? And their responsible caregivers? The search carried out in the electronic bibliographic databases identified 8 articles in portuguese. **Resultado/Discussão:** The literature review demonstrated that there are still weaknesses in public policies and the need for specific and integrated actions for oral health care of individuals with microcephaly. **Considerações finais:** It is concluded that it is necessary to strengthen the training of professionals, expand intersectoral strategies, and develop specific policies that ensure more accessible and effective care for this vulnerable population.

**Key-words:** public health policies; oral health; microcephaly.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante décadas, a saúde bucal no Brasil focou predominantemente em práticas curativas e mutiladoras sem ênfase em políticas públicas de prevenção. A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o início de um novo ciclo, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a incorporação da saúde bucal na atenção básica. A inclusão das Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família e a implantação da Política Nacional de Saúde Bucal, em 2004, ampliaram significativamente o acesso e buscaram integrar ações em todos os níveis de atenção. No entanto, desafios como o subfinanciamento, desigualdades regionais e a formação dos profissionais ainda dificultam a consolidação da integralidade do cuidado (AGUIAR; ROCHA, 2019).

A atenção odontológica a indivíduos com anomalias craniofaciais, como a fissura labiopalatina, passou a receber maior atenção a partir dos anos 1990, com a inclusão de procedimentos no Sistema de Informações Hospitalares do SUS e a criação de serviços especializados. Em 1998, foi estabelecida a Rede de Referência no Tratamento de Deformidades Craniofaciais, com o objetivo de ampliar o acesso e organizar os fluxos assistenciais. Apesar dos avanços, persistem problemas como a concentração dos serviços em determinadas regiões e a dificuldade de garantir continuidade no atendimento. A



regionalização da rede tem sido apontada como uma estratégia para superar essas barreiras e oferecer um cuidado mais integral (CALVASINA, 2024).

No que se refere à microcefalia, observa-se que as políticas públicas de saúde bucal ainda são incipientes. Após a emergência da Síndrome Congênita do Zika Vírus surgiram algumas iniciativas locais, voltadas principalmente à promoção e prevenção em saúde bucal. Contudo, essas ações permanecem pontuais e não integram uma política nacional consolidada, o que evidencia uma lacuna importante no campo das diretrizes públicas voltadas a essa população (RIBEIRO; WALTER, 2021). Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo abordar um panorama atual sobre políticas públicas de saúde bucal direcionadas a indivíduos com Microcefalia pela revisão de literatura.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo adotou uma abordagem de revisão narrativa da literatura, realizada por pesquisas nas bases bibliográficas eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e *sites* institucionais, visto que a última pesquisa ocorreu em 20 de junho de 2025. Foram selecionados nos Descritores em Ciências da Saúde as seguintes palavras-chave: “Políticas Públicas de Saúde”, “Saúde Bucal” e “Microcefalia”. Para a combinação dos termos, foram aplicados operadores booleanos “e” e “ou” a fim de refinar os resultados da pesquisa.

Os critérios de inclusão dos estudos científicos foram de acordo com a abordagem de forma direta a temática das políticas públicas de saúde bucal voltadas a pessoas com microcefalia, especialmente crianças e seus cuidadores; ter enfoque na realidade brasileira; publicação sem restrição de ano e está disponível na íntegra. Como critérios de exclusão foram desconsiderados estudos que tratavam o tema de maneira tangencial ou com informações superficiais, bem como relatos de casos clínicos isolados e produções duplicadas entre as bases.

A análise descritiva dos estudos buscou responder às seguintes perguntas norteadoras: Existem políticas públicas de saúde bucal para os indivíduos com anomalias craniofaciais? E como atuam nas crianças com microcefalia? Abrange os seus cuidadores responsáveis? A coleta de informação nos artigos selecionados deram origem às categorias de análise dos seguintes tópicos para o processo narrativo dos resultados e discussão deste estudo: Política Nacional de Saúde Bucal; Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika e Educação em Saúde e intervenções comunitárias.



### **3 RESULTADO/DISCUSSÃO**

A busca realizada nas bases bibliográficas eletrônicas procedeu na identificação de 8 artigos científicos publicados em português após a aplicabilidade dos critérios de inclusão e exclusão. As produções analisadas foram organizadas de acordo com a ordem alfabética dos autores e contemplam as contribuições de Aguiar; Rocha, 2019; Caetano *et al.*, 2021; Calvasina, 2024; Costa *et al.*, 2022; Foratori Júnior; Pucca Júnior, 2021; Melo *et al.*, 2023; Ribeiro; Walter, 2021; Sarmiento-Omena *et al.*, 2019.

#### **1- Política Nacional de Saúde Bucal**

O Brasil Sorridente, componente da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), promoveu uma ampla reorganização da atenção odontológica no Sistema Único de Saúde (SUS) ao priorizar a ampliação do acesso, promoção da equidade e a integralidade do cuidado em saúde bucal (FORATORI-JUNIOR; PUCCA, 2021). Apesar de simbolizar uma democratização da atenção odontológica, ainda não contempla protocolos específicos para o atendimento de crianças com microcefalia, condição associada a comprometimentos físicos e neurológicos e demanda de alta complexidade de reabilitação. Estudo salienta a urgência de incluir esse grupo como público prioritário nas ações da PNSB. Nos casos relacionados à Síndrome Congênita do *Zika* Vírus, os autores observaram uma lacuna na formulação de diretrizes voltadas à promoção da saúde bucal, sendo recomendada a atuação precoce e preventiva do cirurgião-dentista, aliada a práticas educativas junto aos cuidadores (RIBEIRO; WALTER, 2021).

A “Estratégia Saúde da Família”, eixo estruturante do Brasil Sorridente, constitui uma via importante para o cuidado integral, ao dispor de equipes de saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde ao favorecer o acompanhamento longitudinal dos indivíduos em situação de vulnerabilidade (AGUIAR; ROCHA, 2019). A emergência sanitária decorrente da epidemia do *Zika* mobilizou o Ministério da Saúde a implementar ações específicas para a atenção integral às crianças com microcefalia, com maior articulação intersetorial e a inserção de serviços odontológicos especializados na Rede de Atenção à Saúde. No entanto, ainda não foram estabelecidos protocolos clínicos específicos no âmbito odontológico, o que evidencia uma lacuna a ser superada pela PNSB (COSTA *et al.*, 2022).



## **2- Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika.**

Em 18 de dezembro de 2015, o Ministério da Saúde, pela portaria no 2.121, frente a alta demanda dos casos de Microcefalia, salientou as ações relacionadas ao controle e diminuição dos riscos à saúde pelas equipes de Atenção Básica. Foi elaborado o “Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika” que visa a atenção à saúde das mães no período pré-natal e ao recém-nascido, assim como o estímulo precoce da criança com microcefalia. Todavia, o referido protocolo não contempla diretrizes específicas voltadas à saúde bucal, o que evidencia uma lacuna relevante no contexto da atenção integral, sobretudo diante das demandas odontológicas particulares de crianças com microcefalia decorrente da infecção pelo vírus Zika. A literatura aponta que, até o momento, não há um protocolo instituído no âmbito do SUS que normatize a atenção odontológica voltada a esse público, o que compromete a atuação dos profissionais e dificulta a implementação de ações preventivas e educativas (RIBEIRO; WALTER, 2021).

Embora o protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia inclua orientações referentes ao período pré-natal, relatos de mulheres que vivenciaram a gestação evidenciam fragilidades no acompanhamento ofertado pelas unidades básicas de saúde, notadamente em relação ao acolhimento e ao preparo emocional frente ao diagnóstico, frequentemente realizado ainda durante a gestação (CAETANO *et al.*, 2021). No mesmo sentido, observa-se que os cuidados voltados às mães no período pós-natal permanecem secundários e fragmentados, com foco quase exclusivo em seu papel como cuidadoras. Não se observa, nesse protocolo, a previsão de estratégias estruturadas de suporte psicológico, social ou clínico para essas mulheres, o que reforça a necessidade de ampliação das políticas públicas, de modo a assegurar uma abordagem verdadeiramente integral.

Conforme evidenciado em revisão integrativa recente, os impactos da síndrome congênita do Zika vírus estendem-se para além da criança acometida, afetando profundamente a vida das famílias, sobretudo das mães, que enfrentam sentimentos de impotência, luto, medo e isolamento, agravados pela sobrecarga dos cuidados, dificuldades econômicas e ausência de redes de apoio articuladas nos serviços de saúde (MELO *et al.*, 2023).

## **3- Educação em saúde e intervenções comunitárias**

As experiências com ações educativas têm demonstrado resultados positivos no cuidado à saúde bucal. Oficinas e rodas de conversa com os cuidadores permitiram a



desmistificação de crenças equivocadas e ampliaram o conhecimento sobre higiene bucal infantil, ainda que essas iniciativas tenham ocorrido de forma pontual e não se configurem como política institucionalizada (SARMENTO-OMENA *et al.*, 2019). A PNSB, por meio do programa Brasil Sorridente, incorporou a educação em saúde como um de seus principais eixos de atuação, promovendo práticas de prevenção e promoção da saúde bucal no contexto da atenção básica.

Como destacam Foratori-Junior & Pucca (2021), ações como higiene bucal supervisionada, aplicação tópica de flúor e orientação sobre hábitos saudáveis representam avanços importantes na construção de um cuidado mais acessível, contínuo e integrado, especialmente entre populações vulneráveis. Essas iniciativas reforçam o papel das intervenções comunitárias como estratégias efetivas na transformação de práticas e na redução das desigualdades em saúde bucal.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar do reconhecimento do direito à saúde bucal para pessoas com deficiência, as políticas públicas voltadas especificamente a crianças com microcefalia ainda são frágeis e pouco articuladas e as direcionadas para seus cuidadores são inexistentes. O acesso aos serviços odontológicos é limitado, marcado por barreiras estruturais, despreparo profissional e ausência de ações educativas contínuas. As redes de apoio, embora essenciais, não substituem a necessidade de uma atenção básica mais efetiva e integrada. Assim, é necessário fortalecer a formação dos profissionais, ampliar estratégias intersetoriais e desenvolver políticas específicas que garantam um cuidado mais acessível e resolutivo para essa população vulnerável.

#### **AGRADECIMENTOS**

À Pró Reitoria de extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela concessão de bolsas aos discentes envolvidos no projeto. À todos os colaboradores envolvidos.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. F. A.; ROCHA, M. P. da. Políticas de saúde bucal no Brasil: mudanças a partir de 1988. *Id on Line Revista de Psicologia*, v. 13, n. 45, supl. 1, p. 488–501, 2019. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.
- CAETANO, D. N.; SANTOS, F. S.; SILVA, A. O. B. da; LIMA, A. S.; SIQUEIRA, L. S.; CANDIDO, P. G. G.; VIANA, A. I. S.; SANTOS NETO, M. Aleitamento materno de crianças com microcefalia no contexto do Zika vírus. *Cogitare Enfermagem*, v. 26, e72916, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.72916>.
- CALVASINA, P. Repensando a atenção à pessoa com fissura labiopalatina no Sistema Único de Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, e34054, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2024.v34/e34054/>.
- COSTA, R. P. U. V. da; LAMY, Z. C.; OLIVEIRA, P. S. de; CARVALHO, R. H. S. B. F. de; PEREIRA, M. U. L.; GUIMARÃES, C. N. M.; BATISTA, R. F. L.; NASCIMENTO, M. D. S. B. Síndrome congênita pelo vírus Zika: análise das redes de apoio de pais. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, eAPE02912, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO02912>.
- FORATORI-JUNIOR, G. A.; PUCCA JUNIOR, G. A. Brasil Sorridente: reconhecendo a história para reforçar a luta constante pela equidade na Odontologia. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 10, p. e75101018745, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18745>.
- MELO, A. P. L. de; LYRA, T. M.; BARBOSA, J. M. V.; ARAÚJO, T. V. B. Síndrome congênita do Zika e impactos para as famílias: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 5, p. 1425–1441, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.14852022>.
- RIBEIRO, E. de O. A.; WALTER, C. C. de F. Práticas de promoção de educação em saúde bucal para crianças com SCZ: uma reflexão. *Facit Business and Technology Journal*, v. 1, ed. 30, p. 184–194, 2021. Disponível em: <http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT>.
- SARMENTO-OMENA, A. R. de A.; SILVA, L. B. da; COTA, A. L. S.; RIBEIRO, C. M. B. Percepção e conhecimento sobre saúde oral de cuidadores de crianças com microcefalia. *Revista Gaúcha de Odontologia*, v. 67, e20190044, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-86372019000443594>.
- SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. *Nota técnica*, 2016. Disponível em: [https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/DAB\\_NASF\\_NOTA\\_TECNICA\\_N01\\_2016.pdf](https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/DAB_NASF_NOTA_TECNICA_N01_2016.pdf).